



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

HENRIQUE ROBERTO PINHEIRO

Impacto Da Incerteza Sobre A Política Econômica No Gerenciamento De Resultados De
Instituições Financeiras Do Brasil

Brasília, DF
2023

HENRIQUE ROBERTO PINHEIRO

Impacto Da Incerteza Sobre A Política Econômica No Gerenciamento De Resultados De
Instituições Financeiras Do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Responsável:
Prof.^a Dr.^a Danielle Montenegro Salamone
Nunes

Linha de pesquisa:
Contabilidade e Mercado Financeiro

Área:
Mensuração Contábil

Brasília, DF
2023

PP654i Pinheiro, Henrique Roberto
Impacto Da Incerteza Sobre A Política Econômica No
Gerenciamento De Resultados De Instituições Financeiras Do
Brasil / Henrique Roberto Pinheiro; orientador Danielle
Montenegro Salamone Nunes. -- Brasília, 2023.
26 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Gerenciamento de resultados. 2. Instituições
financeiras. 3. Conglomerados financeiros. 4. Incerteza. 5.
Política econômica. I. Nunes, Danielle Montenegro Salamone,
orient. II. Título.

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

HENRIQUE ROBERTO PINHEIRO

IMPACTO DA INCERTEZA SOBRE A POLÍTICA ECONÔMICA NO
GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO
BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da
Universidade de Brasília como requisito parcial
de obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Prof.^a Dr.^a Danielle Montenegro Salamone Nunes
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

BRASÍLIA
2023

Aos meus pais pelo amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, aos meus pais e irmãos que incentivaram na minha escolha de ingressar nos estudos de uma universidade de ensino superior e, que por mais distantes que estivemos, nunca deixaram de me apoiar de maneira alguma.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Danielle Montenegro Salamone Nunes, que me proporcionou a oportunidade de realizar este trabalho e pacientemente me guiou através desse aprofundamento científico.

À Universidade de Brasília como um todo, que enfrentou e continua enfrentando diversos obstáculos no intuito de levar educação e conhecimento de qualidade a sociedade, além de prover um ambiente propício para isso.

Aos amigos que fiz durante esse período, que compartilharam diversos momentos e mantiveram a amizade durante esses anos.

RESUMO

A pesquisa apresenta uma análise da relação entre a incerteza sobre a política econômica durante o período das eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022, e o gerenciamento de resultados nas instituições financeiras brasileiras, com foco na conta Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), apontada pela literatura como a principal conta utilizada para o gerenciamento de resultados dada sua parcela não discricionária que apresenta valores significativos. Destaca-se que a contabilidade é uma ferramenta para fornecimento de informações para a tomada de decisão e o gerenciamento de resultados é uma ferramenta administrativa que altera informação contábil dentro da legalidade, utilizada pelas instituições com a finalidade de obter resultados desejados pelos administradores e informar os usuários externos sobre o desempenho da entidade. A instabilidade que afeta as instituições é um motivo que acentua a utilização do gerenciamento de resultados, destaca-se que períodos de eleição presidencial podem influenciar as prioridades econômicas e, portanto, geram incerteza. A metodologia proposta utiliza a base de dados com as principais contas dos balanços contábeis, apontadas neste e em outros estudos, que influenciam de maneira significativa na parcela não discricionária da Despesa de PECLD e com isso utiliza de dois modelos (de 1 e 2 estágios) para analisar os dados dos conglomerados financeiros a fim de relacionar o possível aumento da DPCLD com o período de instabilidade econômica. A hipótese da pesquisa indica o potencial aumento do gerenciamento de resultados em instituições financeiras em períodos de eleição, o que não foi constatado com os dados obtidos através da metodologia proposta. Segundo o que foi detectado, há uma diminuição de gerenciamento de resultado no período analisado.

Palavras-chaves: Gerenciamento de resultados; instituições financeiras; conglomerados financeiros; incerteza; política econômica.

ABSTRACT

The research presents an analysis of the relationship between uncertainty about economic policy during presidential elections of 2014, 2018 and 2022, and earnings management in Brazilian financial institutions, focusing on the Estimated Losses for Doubtful Accounts (PECLD) account, identified by the literature as the main account used for earnings management due to its non-discretionary portion that presents significant values. It is emphasized that accounting is a tool for providing information for decision-making, and earnings management is an administrative tool that alter accounting information within legal boundaries, used by institutions to achieve results desired by administrators and inform external users about the entity's performance. The instability affecting institutions is a factor that accentuates the use of earnings management; it is noted that periods of presidential elections can influence economic priorities and, therefore, generate uncertainty. The proposed methodology uses a database with the main accounts from financial statements, as indicated in this and other studies, which significantly influence the non-discretionary portion of PECLD expenses. Two models (one and two stages) are employed to analyse data from financial conglomerates to relate the potential increase in PECLD expenses to periods of economic instability. The research hypothesis suggests the potential increase in earnings management in financial institutions during election periods, which was not confirmed by the data obtained through the proposed methodology. According to the findings, there is a decrease in earnings management during the analysed period.

Keywords: Earnings management; financial institutions; financial conglomerates; uncertainty; economic policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Níveis de Risco de Crédito conforme a Resolução nº 2.682 de 21/12/1999.....	16
Tabela 2 – Definição das variáveis da Equação (4)	18
Tabela 3 – Definição das variáveis de controle.....	19
Tabela 4 – Modelo de 1 estágio.....	20
Tabela 5 – Modelo de 2 estágios: Equação (4)	20
Tabela 6 – Modelo de 2 estágios: Equação (5)	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Gerenciamento de Resultado (GR)	11
2.2 Gerenciamento de Resultado e a Incerteza sobre a Política Econômica (EPU)	12
2.3 Gerenciamento de Resultados e Instituições Financeiras (IF)	14
3 METODOLOGIA	15
3.1 Modelo de 1 estágio	15
3.2 Modelo de 2 estágios	17
3.3 Teste de hipótese	18
4 RESULTADO	19
4.1 Resultado do modelo de 1 estágio	19
4.2 Resultado do modelo de 2 estágios	20
5 CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho será conduzido primeiramente por uma introdução da problemática, sucedido por explicação dos principais conceitos trabalho no referencial teórico, a base de dados e os modelos matemáticos utilizados para verificar a hipótese na seção de metodologia, os resultados obtidos ao se aplicar os modelos na base de dados e, por fim, a conclusão e observações do trabalho.

Na teoria contábil, estabelece-se que a função da contabilidade é a geração de informação, tanto para usuários internos quanto para usuários externos. Iudícibus (1997) descreve a função da contabilidade como a de prover informações úteis para a tomada de decisões econômicas. Essas informações são geradas a partir de critérios pré-estabelecidos em lei e escolhidas pela administração para gerar o panorama da empresa conforme planejado.

A própria teoria contábil reconhece a possibilidade da existência de diferentes resultados de acordo com a destinação e usuário para a tomada de decisões, como afirma Martinez (2001). O gerenciamento de resultados é uma ferramenta administrativa que busca utilizar a função contábil de prover informação para os usuários, mas utilizando critérios escolhidos pelos administradores. Na literatura científica, este tema é discutido através de trabalhos como de Martinez (2001), Pohlmann e Alves (2004), Schipper (1989) e Healy e Wahlen (1999), que observam os mercados buscando correlacionar o gerenciamento de resultado aos objetivos dos administradores e possíveis eventos que influenciaram nessa decisão.

Instituições financeiras possuem um caráter significativo em relação a uma economia, tanto na disponibilidade de crédito a empresas particulares quanto ao governo. As informações transmitidas por essas entidades podem ser operadas de acordo com os critérios da administração e, por tanto, sua correlação com o mercado é muito grande. No caso de instituições financeiras, Filho e Durso (2020) elencam algumas das principais contas gerenciadas sendo elas: Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e derivativos.

Pastor e Veronesi (2013) destacam que no período de eleições presidenciais há incertezas políticas e essas incertezas são traduzidas nas possibilidades de escolhas do futuro governo em relação à políticas econômicas, já que as políticas as serem aplicadas não estão apenas relacionadas a maximização do bem-estar agregado, mas custos e benefícios políticos envolvidos. Essas possibilidades são declaradas durante a campanha e o mercado reage ao

previsto podendo gerar um volume maior de demonstrações que possuem algum nível de gerenciamento de resultado.

Este trabalho tem por objetivo estabelecer a relação da incerteza sobre a política econômica causada pelas eleições presidenciais tomando como referencial a intensidade de gerenciamento de resultados das instituições financeiras pela análise da alteração da conta de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

A pesquisa dessa relação entre a incerteza sobre a política econômica em períodos de eleição e a frequência da operação da conta de PECLD em instituições financeiras brasileiras é relevante, pois conhecer a reação dessas instituições pode auxiliar tanto no desenvolvimento de políticas econômicas, como na aplicação de reações adequadas por outras entidades do mercado brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção serão abordados temas como o gerenciamento de resultado (GR) e a incerteza sobre a política econômica (*economic policy uncertainty* - EPU) gerada pelas eleições presidenciais, buscando relacionar como esta incerteza pode impactar o nível de gerenciamento de resultados das instituições financeiras (IF).

2.1 Gerenciamento de Resultado (GR)

No Brasil, a problemática relacionada ao gerenciamento de resultados e seus impactos no âmbito nacional foi um tema introduzido por trabalhos como de Martinez (2001), sua tese observa dados do Brasil, mas está baseada em trabalhos e periódicos internacionais, como *Accounting Review*, *Journal of Accounting and Economics* e *Journal of Accounting Research*, onde o campo de estudo de diversas áreas contábeis já contava com um aspecto mais desenvolvido (mercado mais desenvolvido dos EUA) e temas como o gerenciamento de resultado eram mais recorrentes, como o trabalho de Healy e Wahlen (1999) e Schipper (1989) que se tornaram referências no estudo desse tópico.

Martinez (2001) traz em seu trabalho a definição de gerenciamento de resultados como uma alteração proposital dos resultados contábeis no intuito de atender uma motivação particular do gestor e este maneja os resultados com propósitos bem definidos, que não expressam a realidade latente do negócio. Essa última parte vale o enfoque na expressão “realidade latente no negócio”, pois está fortemente correlacionado a fatores externos e internos da entidade, ou seja, há um objetivo que busca alcançar um resultado favorável para a entidade

e mudanças no âmbito da economia interferem na análise do que seria um bom desempenho para terceiros (agentes externos).

Complementando as ideias de Martinez, os autores Healy e Wahlen (1999) deixam claro que objetivos pessoais interferem no gerenciamento de resultados ao demonstrarem que gerenciamento de resultados ocorre quando os administradores usam seu julgamento no relatório financeiro e sobre as atividades operacionais para alterar os relatórios, para iludir alguns investidores sobre o desempenho econômico da companhia ou para influenciar resultados contratuais que dependam dos números contábeis informados (tradução nossa), ou seja, um artifício da administração sobre uma ou mais contas a fim de modelar um resultado favorecendo a entidade.

Dessa forma, o gerenciamento de resultados está fortemente correlacionado com os *accruals*. Martinez (2004) considera que eventualmente o “gestor” possa tomar a decisão de aumentar ou diminuir as acumulações por motivos alheios à realidade do negócio, subdividindo estas em: acumulações discricionárias (*discretionary accruals*), que seriam artificiais com o propósito de gerenciar o resultado contábil; e acumulações não discricionárias (*non discretionary accruals*), que seriam exigidas de acordo com a realidade do negócio.

A *Association of Certified Fraud Examiners* (2003) escreve que uma fraude é a deturpação deliberada da condição financeira de uma empresa realizada pela distorção ou omissão intencional de valores e divulgações nas demonstrações financeiras para enganar os usuários dessa informação. Essa definição dada ao se tratar de fraudes contábeis se aproxima do que a literatura traz sobre o gerenciamento de resultados, o que mostra a confusão relacionada ao assunto. Isso fica mais acentuado, pois há necessariamente uma assimetria de informação ao gerenciar os resultados, contudo é crucial entender que gerenciamento de resultados contábeis não é fraude e que ao gerenciar ainda se trabalha dentro dos limites estabelecidos legalmente.

2.2 Gerenciamento de Resultado e a Incerteza sobre a Política Econômica (EPU)

As eleições presidenciais são realizadas em períodos de quatro em quatro anos no Brasil. A troca de governo causa uma série de mudanças, visto que cada candidato tem uma análise e planejamento diferente de governo e busca trabalhar as prioridades conforme a sua visão política e econômica, dando prioridade aos planos que se correlacionam com sua linha de pensamento. É claro que no sistema político brasileiro o Presidente (autoridade dentro do Poder Executivo) não tem poderes absolutos e é regulado pelas esferas do Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e Poder Judiciário, pois se utiliza a Teoria da Separação dos

Poderes proposta pelo Barão de Montesquieu em seu livro “O Espírito das Leis” e no caso do Brasil essa separação é tripartite. A Constituição Federal de 1988 discorre sobre a tripartite nos artigos 44 a 135 onde delimita a composição, competência e função dos Três Poderes. Contudo, as ações de um presidente, mesmo que podendo ser barradas por outras esferas do Poder, geram impacto significativo no mercado.

Sell (2006) traz em seu livro “Introdução a Ciência Política” a construção da polarização dos regimes governamentais e a definição de governos utilizada na modernidade: governos relacionados mais ao liberalismo econômico, idealizado por Adam Smith em “Riqueza das Nações”, e político, descrito por John Lock em “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, chamados de governo “de direita”, envolvem-se menos no fluxo do mercado e defendem o capitalismo de livre mercado; por outro lado governos que defendem uma intervenção maior na economia pelo Estado, chamados de governos “de esquerda”, que tem seu principal idealizador como Karl Marx em suas obras “Manifesto do Partido Comunista” e “O Capital”, aplicam maiores recursos em estatais e distribuem recursos aos setores de forma que o Estado se faz mais presente na vida social e econômica; e, por fim, os governos chamados de “Centro”, optam pela social-democracia e o Estado do Bem-Estar Social estabelecido pelo economista inglês John Maynard Keynes. No Brasil, a inclinação política do candidato eleito é um fator considerável na decisão do investidor externo ao aplicar seus recursos no mercado do país.

Pohlmann e Alves (2004) afirmam que o processo político adota uma visão de interesse próprio que busca maximizar sua utilidade, é uma competição por transferência de riquezas, pelo qual tributos e regulação transferem riquezas para indivíduos via serviços públicos. A informação é o principal fator que afeta esse processo e um eleitor bem-informado gera mais benefícios para esses indivíduos em época de eleição.

As fontes de recursos e o manuseio deles durante o processo político influenciam em vários aspectos econômicos, como taxas de importação e exportação, incentivos fiscais, taxas de juros, políticas de controle inflacionário, pois estão diretamente correlacionados às fontes de financiamento do Estado, como discorre Guimarães e Wilbert (2022) ao tratarem das fontes de Receitas Públicas elencando e descrevendo de onde os recursos vem para que o Estado possa posteriormente aplicar de acordo com o planejamento. Esses fatores apontam aos agentes externos algumas diretrizes para realizarem seus investimentos e da mesma forma as entidades tendem a ajustar sua contabilidade em busca de captar mais recursos via terceiros utilizando o gerenciamento de resultados.

Diante desse contexto, tem-se que períodos eleitorais geram incerteza no mercado já que a mudança de governo pode ser acompanhada de uma grande mudança no quadro de

prioridades econômicas. Andrade (2020) explica que ambientes de instabilidade podem gerar crises macroeconômicas e afetam o crescimento econômico de um país ao gerar desconfiança por parte dos investidores.

Crises econômicas interferem no comportamento do gerenciamento de resultados, sendo capaz, de certo modo, de inibir ou estimular o comportamento discricionário (SILVA; WEFFORT; FLORES; SILVA, 2014). Esse comportamento está ligado aos manuseios de recurso cabíveis de acordo com o determinado pela legislação, como o caso das operações de crédito que, segundo o CMN (Conselho Monetário Nacional) na Resolução 2.682 de 1999, devem ser realizadas provisões para ajustar créditos ao valor provável de realização, mas não se especifica o critério para constituição da provisão.

No Brasil, além dos períodos eleitorais, a destituição do representante do executivo através do processo de *impeachment* também é motivo para instabilidade do mercado. Andrade (2020) trabalha o *impeachment* de 2016 e aponta que as incertezas de mercado e desdobramentos da continuidade do processo ainda geram interferências no mercado e os efeitos causados por essas interferências realizadas de diversas formas, como através de gerenciamento de dados, ainda surgem em efeitos.

2.3 Gerenciamento de Resultados e Instituições Financeiras (IF)

Dentre as entidades que divulgam seus balanços periodicamente de acordo com o estabelecido em lei no Brasil, encontram-se as instituições financeiras, enfoque deste trabalho. As atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras, principalmente as relacionadas à intermediação financeira, são de grande relevância na economia de um país (GOULART, 2008). Por tanto, grandes instituições geram impactos significativos e da mesma maneira são influenciadas pelo mercado.

As formas de se realizar gerenciamento de resultados variam de acordo com as necessidades das entidades e a categoria econômica envolvida, em instituições financeiras se observa maior utilização de alteração de resultados de parcela discricionária em Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e derivativos, segundo analisado por Filho e Durso (2020) em uma revisão da literatura. Sendo a PECLD a ferramenta de gerenciamento de resultados mais utilizada nos bancos brasileiros, conforme constatado por Filho e Durso (2020).

Em meio as ocorrências e metas estabelecidas pelas entidades, a instabilidade gerada pela incerteza da política econômica, presente durante as eleições para um novo mandato presidencial, pode gerar ou incentivar as empresas a gerenciarem mais resultados a fim de

alcançarem seus objetivos. Neste sentido, a hipótese de pesquisa que será testada neste trabalho, pode ser assim expressa:

H: O gerenciamento de resultado nas instituições financeiras brasileiras tende a aumentar em períodos eleitorais.

3 METODOLOGIA

Ao buscar a relação entre incertezas econômicas nos períodos de eleição presidencial (2014, 2018 e 2022) e a utilização de gerenciamento de resultados em instituições financeiras, este trabalho se utiliza de dois modelos analíticos: de um estágio, em que a discricionariedade é representada pela diferença entre o valor da PCLD contabilizado e o valor mínimo regulamentar calculado com base nos níveis de risco da carteira de crédito, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682; e dois estágios, que no primeiro estágio é rodada uma regressão utilizando variáveis que explicam o comportamento não discricionário da despesa com a PCLD, sendo o termo de erro considerado a parcela discricionária, sendo utilizado como variável dependente na segunda regressão. Ambos os métodos são aplicados para conglomerados financeiros, já que há uma limitação de informações para instituições individuais que impede o uso do modelo de dois estágios, conforme constatado por Silva (2023).

Os dados utilizados para esta pesquisa são dos conglomerados financeiros das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme dados do IF.Data (BACEN, 2022a) do período de 06/2012 a 12/2022 medidos trimestralmente, e foram cedidos por Silva (2023). Utilizando o Balancete Patrimonial Analítico 4010 trimestral, foram coletadas as informações de Ativos, Passivos, Resultado, Carteira de Crédito Pessoal Física - modalidade e prazos de vencimento, Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – modalidade e prazos de vencimento, Carteira de Crédito ativa por nível de risco de operação, entre outras. As informações sobre o PIB a preços de mercado, com ajuste sazonal, foram coletadas da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados utilizados no modelo de um estágio foram obtidos por meio da Carteira de Crédito ativa por nível de risco da operação e o cálculo do modelo de dois estágios foram utilizadas as informações de Ativos, Resultado, Carteira de Crédito Pessoal Física - modalidade e prazos de vencimento e Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – modalidade e prazos de vencimento, todos disponíveis no IF.Data (SILVA, 2023).

Para o modelo de 1 estágio, 3.906 observações de 105 conglomerados financeiros foram analisadas no processo e para o modelo de 2 estágio foram observados 3.896 dados de 104 conglomerados financeiros, em conformidade com a base de dados cedida por Silva (2023).

Similar ao trabalho de Silva (2023), o objetivo de analisar os dados através de dois modelos é trazer de maneira comparativa duas formas de verificar a possibilidade de gerenciamento de resultados nas instituições financeiras.

3.1 Modelo de 1 estágio

Conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/99, as operações de crédito devem ser classificadas em diferentes níveis de risco, variando do nível AA ao nível H. Para cada um desses níveis, há um percentual mínimo exigido para a constituição de provisão, conforme apresentado na Tabela 01.

Tabela 1 - Níveis de Risco de Crédito conforme a Resolução nº 2.682 de 21/12/1999

Nível de Risco		Provisão mínima necessária	Revisão mensal e reclassificação conforme atraso
I	nível AA	***	***
II	nível A	0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A	***
III	nível B	1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B	atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo
IV	nível C	3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C	atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo
V	nível D	10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D	atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo
VI	nível E	30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E	atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo
VII	nível F	50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F	atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo
VIII	nível G	70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G	atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo
IX	nível H.	100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.	atraso superior a 180 dias: risco nível H

Fonte: Silva, 2023.

A partir da carteira por nível de risco, multiplicou-se os valores dos saldos da carteira de crédito da instituição financeira pelo percentual mínimo de provisão previsto na Resolução CMN 2.682/99. A partir desse cálculo, explicitado pela Equação 1 obtemos a parcela da PCLD não discricionária:

$$PCLD_{i,t} = 0,005 * A_{i,t} + 0,01 * B_{i,t} + 0,03 * C_{i,t} + 0,10 * D_{i,t} + 0,30 * E_{i,t} + 0,50 * F_{i,t} + 0,70 * G_{i,t} + 1,00 * H_{i,t} \quad (1)$$

Onde:

PCLDnDisc i,t : equivale ao saldo do estoque da provisão para créditos de liquidação duvidosa não discricionário do banco i , no momento t ;

A a H: corresponde aos saldos de empréstimos conforme nível de risco da carteira de crédito divulgada.

Obtida a parcela da PCLD não discricionária é possível calcular a parcela da PCLD discricionária, que representa a parte gerenciada do resultado, a partir da equação 2.

$$\mathbf{PCLDDisc}_{i,t} = \mathbf{PCLDTot}_{i,t} - \mathbf{PCLDnDisc}_{i,t} \quad (2)$$

Onde:

PCLDDisc i,t : equivale ao valor calculado da parcela discricionária da provisão para créditos de liquidação duvidosa do banco i , no momento t ;

PCLDTot i,t : equivale ao valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para operação de arrendamento mercantil registrados pelo banco i , no momento t ;

PCLDnDisc i,t : equivale ao saldo do estoque da provisão para créditos de liquidação duvidosa não discricionário do banco i , no momento t , calculado conforme equação 1.

Com o resultado do cálculo da PCLD discricionária, compara-se o valor resultante com o período anterior para se obter a variação, positiva ou negativa, da conta de PCLD:

$$\Delta \mathbf{PCLDDisc}_{i,t} = \mathbf{PCLDDisc}_{i,t} - \mathbf{PCLDDisc}_{i,t-1} \quad (3)$$

Onde:

$\Delta \mathbf{PCLDDisc}_{i,t}$: equivale variação da parcela discricionária da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa do banco i , no momento t ;

PCLDDisc i,t : equivale ao valor calculado para a parcela discricionária da provisão para créditos de liquidação duvidosa do banco i , no momento t ;

PCLDDisc $i,t-1$: equivale ao valor calculado para a parcela discricionária da provisão para créditos de liquidação duvidosa do banco i , no momento anterior $t-1$;

Neste resultado é possível averiguar a variação positiva ou não de PCLD discricionária, ou seja, é possível inferir se houve gerenciamento de resultados da conta de PCLD no período analisado.

3.2 Modelo de 2 estágios

Pelo modelo de dois estágios, a parcela discricionária da PCLD corresponde ao termo de erro do modelo que utiliza variáveis que explicam o comportamento não discricionário da despesa com a PCLD (Equação 4). Este processo foi utilizado em outros trabalhos, como Dantas, Medeiros e Lustosa (2013) e Faria Junior, Machado e Dantas (2021).

$$DPCLD_{it} = \beta_0 + \beta_1 \Delta CCRED_{i,t} + \beta_2 CREDVENC_{i,t-1} + \beta_3 \Delta CREDVENC_{i,t} + \beta_4 PCLD_{i,t-1} + \beta_5 INT_{i,t} + \beta_6 PIB_t + \varepsilon_{i,t} \quad (4)$$

Tabela 2– Definição das variáveis da Equação (4)

Variáveis	Definição
$DPCLD_{i,t}$	Referente às despesas com PCLD, disponibilizado no IF. Data (1) da entidade i, no período t, escalonado pelos ativos totais do início do período;
$\Delta CCRED_{i,t}$	Variação no saldo da carteira de crédito do período t-1 ao período t da entidade i, escalonado pelo total de ativos do início do período;
$CREDVENC_{i,t-1}$	Referente ao saldo dos créditos vencidos e não pagos no período t-1 da entidade i, escalonado pelo total de ativos do início do período;
$\Delta CREDVENC_{i,t}$	Referente à variação no valor dos empréstimos vencidos e não pagos do período t-1 a t da entidade i, escalonado pelo total de ativos do início do período;
$PCLD_{i,t-1}$	Referente ao saldo acumulado da provisão para créditos de liquidação duvidosa da entidade i no período t-1, escalonado pelo total de ativos do início do período;
$INT_{i,t}$	Referente à taxa média de juros implícita na carteira de crédito da entidade i no período t, correspondente à razão entre as receitas de operações de crédito e o saldo médio da carteira;
PIB_t	Referente à taxa de variação no Produto Interno Bruto, no período t;
$\varepsilon_{i,t}$	Referente ao erro da regressão.

Fonte: Silva, 2023.

Na Equação 4, as variáveis explicativas correspondem aos fatores que influenciam no aumento da despesa da PCLD, como o saldo da carteira de crédito, créditos vencidos e os juros implícito na carteira de crédito. A parcela da despesa da PCLD não explicada pelas variáveis explicativas, representada pelo erro da regressão, corresponde ao saldo discricionário da despesa da PCLD. Após obter o resultado da parcela de erro da regressão, compara-se o resultado com o período anterior, de maneira similar a Equação 3, e analisa-se a variação verificada.

3.3 Teste de hipótese

A hipótese levantada do gerenciamento de resultado nas instituições financeiras brasileiras tende a aumentar em períodos eleitorais será verificada a partir dos resultados obtidos pelo modelo de 1 e 2 estágios separadamente no intuito de observar as variações obtidas de maneira comparativa, espera-se observar um resultado estatístico relevante.

Para o cálculo, faz-se necessária a inclusão de variáveis de controle a fim de aumentar a confiabilidade dos resultados. De acordo com Silva (2023), é amplamente empregado na literatura a variável de controle Lucro Líquido Ajustado (LLAJ). Faria Júnior, Machado e Dantas (2021) trabalham com a variável BIG4 que categoriza os valores em bancos auditados ou não por alguma das *big four* (Ernst & Young, Deloitte, PricewaterhouseCoopers e KPMG). Outra variável de controle observada por Faria Júnior, Machado e Dantas (2021) e Zendersky e Silva (2007) é o logaritmo natural dos ativos totais dos bancos trabalhos (TAM), contudo os autores observaram que variável em questão pode demonstrar valores positivos ou negativos.

Tabela 3 – Definição das variáveis de controle

Variáveis	Definição	Sinal esperado
LLAJ _{i,t}	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, excluindo-se os efeitos da despesa de PCLD, conforme variável dependente utilizada, da entidade i, no período t, escalonado pelos ativos totais do início do período;	+
TAM _{i,t}	Referente ao logaritmo natural dos ativos totais da entidade i, no período t.	-/+
BIG4 _{i,t}	Referente a qualidade da auditoria – variável categórica, que assume o valor 1 para bancos auditados por empresa de auditoria big four e 0 para os demais;	-

Fonte: Silva (2023)

Com base nas variáveis de controle e os resultados de variação da PCLD discricionária obtidas pelos modelos de 1 e 2 estágios, adiciona-se a variável de teste de hipótese que recebe valores de zero ou um para selecionar os dados presentes nos anos de eleições presidências do Brasil (ANOEP), temos a Equação 5.

$$DPCLDisc_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 ANOEP + \beta_k CONTROLE_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (5)$$

4 RESULTADO

Nessa seção serão expostos os resultados obtidos através da execução dos modelos de 1 e 2 estágios apresentados anteriormente, aplicados na base de dados selecionada e conforme o método considerado adequado após os testes realizados. As análises serão realizadas observando os modelos separadamente a fim de confirmar a hipótese proposta neste trabalho.

4.1 Resultado do modelo de 1 estágio

Os dados foram submetidos ao modelo de 1 estágio descrito pelas Equações 1, 2, 3 e 5 descritas na seção de metodologia. A tabela a seguir contém os resultados obtidos no processo.

Tabela 4 – Modelo de 1 estágio

Variáveis	Coefficiente	p-valor
ANOEP	-0,003173	0,247
TAM	-0,001215	0,022
BIG4	-0,0002884	0,824
LLAJ	0,1758018	0,000
Constante	0,0191513	0,019

Utilizando o modelo de 1 estágio, pode-se observar que o coeficiente da variável LLAJ apresentou sinal positivo, confirmando o esperado pela hipótese, a variável BIG4 e TAM apresentaram coeficiente negativo, o que também está de acordo com o proposto pela literatura (FARIA JUNIOR, MACHADO, DANTAS, 2021 ; ZENDERSKY, SILVA, 2007). A variável de teste de hipótese apresentou coeficiente negativo, o que contradiz a hipótese de que há aumento do gerenciamento de resultado durante período de eleição presidencial no Brasil, contudo, o p-valor resultante acaba demonstrando que a variável ANOEP não apresenta significância estatística e, por tanto, não é possível inferir uma conclusão sobre o obtido e estudos mais aprofundados seriam necessários.

4.2 Resultado do modelo de 2 estágios

Os dados foram submetidos às Equações 4 e 5 conforme descrito na seção de metodologia e a tabela a seguir apresenta o primeiro estágio do modelo.

Tabela 5 – Modelo de 2 estágios: Equação (4)

Variáveis	Coefficiente	p-valor
ΔCCRED	0,3357114	0,000
CREDVENC	0,0590802	0,183
ΔCREDVENC	0,1267866	0,000
PCLD	0,0058567	0,013
INT	0,0040697	0,000
PIB	-0,009437	0,397
Constante	-0,0022135	0,016

Observa-se que ao se aplicar a regressão linear múltipla proposta pelo modelo descrita na Equação 4, os coeficientes das variáveis apresentadas tendem a inclinações positivas, com exceção do PIB e a Constante (β_0) que apresentam valores negativos. Com relação ao p-valor

apresentado no primeiro estágio do modelo, apenas as variáveis de saldo do valor de empréstimos vencidos e não pagos (CREDVENC) e PIB não apresentaram valores estatisticamente significativos, as outras variáveis apresentaram significância.

Tabela 6 – Modelo de 2 estágios: Equação (5)

Variáveis	Coefficiente	p-valor
ANOEP	-0,0008954	0,028
TAM	-0,0017266	0,059
BIG4	0,0012183	0,011
LLAJ	-0,1193395	0,004
Constante	-0,0170951	0,016

É possível verificar que todas as variáveis observadas apresentaram p-valor com significância estatística. Com base nessa informação é possível confirmar os efeitos significativos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social ajustado (LLAJ) verificado por outros autores e apontado no trabalho de Silva (2023). Com relação a hipótese deste trabalho, a variável ANOEP apresentou p-valor significativo estatisticamente e, por tanto, pode-se deduzir existem indícios de uma relação entre o período eletivo e o gerenciamento de resultados.

No segundo estágio do modelo ao aplicar os valores resultantes da Equação 4 para a fórmula da Equação 5, observa-se que apenas o coeficiente da variável BIG4 é positivo, o que é contrário ao esperado, o coeficiente de TAM era passível de variação (positivo ou negativo) conforme apontado em trabalhos anteriores e, nesse resultado, apresentou-se negativo, a variável LLAJ apresentou coeficiente negativo, o que contradiz a expectativa apresentada inicialmente neste trabalho e, por fim, a variável utilizada para analisar a hipótese levantada de gerenciamento de resultado em períodos de eleição presidencial no Brasil (ANOEP) apresentou coeficiente negativo, indicando a diminuição do gerenciamento de resultados e contradizendo a hipótese proposta por este trabalho, diferentemente do analisado por Silva, Galdi e Teixeira (2010) que encontraram indícios de gerenciamento de resultados em períodos eleitorais por empresas com ações listadas na Bovespa.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por finalidade observar se o gerenciamento de resultados é utilizado com maior frequência nos balanços apresentados trimestralmente por instituições financeiras em períodos de eleição presidencial no Brasil que causam incerteza sobre a política econômica.

A contabilidade exerce função de provedora de informação para a tomada de decisão e a teoria contábil discorre sobre a possibilidade de existência de mais de um resultado possível de acordo com o público-alvo. O gerenciamento de resultados é uma ferramenta contábil que trabalha na legalidade das normas.

As instituições financeiras fazem parte das entidades que divulgam seus balanços periodicamente e utilizam de ferramentas de gerenciamento de resultados para alcançar seus objetivos, como é o caso da PCLD que possui a possibilidade de uma parcela de despesa não discricionária e é a principal ferramenta de gerenciamento de resultados em instituições financeiras verificada pela literatura.

O período de eleições presidenciais é marcado pela troca dos governantes e, conseqüentemente, troca dos objetivos do governo que serão trabalhados durante o mandato. Os incentivos fiscais, tributações e demais ferramentas do governo utilizadas para desenvolvimento de determinadas áreas, sejam relacionadas a produção ou tecnologia, podem sofrer alterações na troca de governantes, o que pode causar mudanças no mercado.

Ao analisar os períodos eletivos de 2014, 2018 e 2022 este trabalho verificou que o gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil, ao contrário do esperado, diminui em períodos de incerteza causados pelas eleições presidenciais, o que pode ser analisado utilizando o modelo de 2 estágio em conglomerados financeiros.

Contudo, como parte de um método comparativo, um dos modelos (modelo de 1 estágio) não apresentou resultados significativos, estatisticamente, para se auferir qualquer conclusão. Com base nisso, sugere-se que estudos futuros trabalhem com dados mais abrangentes, tanto com relação ao período analisado, sendo possível verificar mais períodos de eleição presidencial ou levar em consideração trimestres de outros anos além do ano de eleição, quanto a adesão de outras possíveis variáveis de gerenciamento de resultados não consideradas neste trabalho, como Títulos e Valores Mobiliárias e derivativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. S. **Períodos de Instabilidade e Gerenciamento de Resultados no Brasil Uma Análise Empírica do Período do Impeachment Presidencial de 2016**. Tese (mestrado). Fortaleza, 2020.

ASSOCIATION OF FRAUD EXAMINERS. **Fraudbasics: Financial Statements Fraud, Part One**. Fraud Magazine, 2003. Disponível em < <https://www.fraud-magazine.com/article.aspx?id=4294967876> >. Acesso em 06/10/2023.

DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R.; LUSTOSA, P. R. B. O Papel de variáveis econômicas e atributos da carteira na estimação das provisões discricionárias para perdas em operações de crédito nos bancos brasileiros. *BBR-Brazilian Business Review*, v. 10, n. 4, p. 69-95, 2013

FARIA JUNIOR, M. S.; MACHADO, M. R. R.; DANTAS, J. A. Fraude corporativa e gerenciamento de resultados: um estudo em instituições bancárias brasileiras. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 40, n. 2, p. 115-134, 2021

FILHO, A. M.; DURSO, S. O. **Gerenciamento de Resultados em Instituições Financeiras Brasileiras: Uma Revisão da Literatura Recente**. São Paulo, REDECA, v.7, n.1, p.49-62, 2020.

GOULART, A. M. C. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. Tese (doutorado). São Paulo, 2008.

GUIMARAES, L. A.; WILBERT, M.D. . **A Pandemia do Covid-19 e as Receitas Públicas**. In: 5º Congresso UnB de Iniciação Científica - 8º Congresso Internacional UnB de Contabilidade e Governança, 2022, Brasília. 8º Congresso Internacional UnB de Contabilidade e Governança, 2022.

HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. **A review of the earnings management literature and its implications for standard setting**. *Accounting Horizons*, v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 1997

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. Tese (Doutorado). São Paulo: FEA/USP, 2001.

MARTINEZ, A. L. **Detectando earnings management no Brasil: estimando as acumulações discricionárias**. Artigo do 4º Congresso da USP – Controladoria e Contabilidade. São Paulo. 2004.

PASTOR, L.; VERONESI, P. **Political Uncertainty and Risk Premia**. Journal of Financial Economics, v. 110, p. 520-545, 2013.

POHLMANN, M. C.; ALVES, F. J. S. Regulamentação. In: LOPES, A. B.; IUDICIBUS, S. (Coord.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 233-273.

SCHIPPER, K. **Commentary on earnings management**. Accounting Horizons, v.3, p.91-102, 1989.

SELL, C. E. **Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, A. F.; WEFFORT, E. F. J.; FLORES, E. S.; SILVA, G. P. **Earnings management and economic crises in the Brazilian capital market**. Revista de Administração de Empresas, v. 54, n. 3, p. 268-283, 2014.

SILVA, A. J. R. da. **Mudança de CEO e o gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras brasileiras**. Tese (mestrado). Brasília, 2023.

SILVA, M. S. e; GALDI, F. C.; TEIXEIRA, A. M. C. **Estudo sobre o Efeito das Eleições Presidenciais no Gerenciamento de Resultados de Empresas Atuantes em Setores Regulados**. Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 45-68, 2010.

ZENDERSKY, H. C.; SILVA, E. P. D. L. S. **O gerenciamento de resultados no sistema financeiro brasileiro**. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 166, p. 38-55, 2007.